VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

Aviso n.º 679/2006 de 1 de Agosto de 2006

1 – Toma-se público que, por despacho do Chefe de Gabinete do Vice-Presidente do Governo de 11 de Julho de 2006, conforme delegação de competências D/VPG/2005/7, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no Jornal Oficial, concurso externo de ingresso, para o preenchimento de um lugar de **Auxiliar Administrativo** para o quadro do pessoal da Divisão de Administração, ADSE, Passaportes e Licenças da Vice-Presidência do Governo, em Angra do Heroísmo, nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, com as adaptações decorrentes do Decreto Legislativo Regional N.º 27/99/A, de 31 de Julho, do Decreto-Lei 404-A/98, de 18 de Dezembro e da Resolução n.º 58/2006, de 25 de Maio, rectificada pela Declaração 3/2006 de 8 de Junho.

2 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 – O prazo de validade deste concurso termina com o provimento do lugar.

4 – De acordo com o Regulamento dos concursos para lugares de ingresso e acesso dos quadros de pessoal da Vice-Presidência do Governo Regional, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 61/2002, de 19 de Dezembro, ao referido cargo compete assegurar o contacto entre serviços através da recepção e entrega de expediente e encomendas oficiais, efectuar arrumações, recados e tarefas elementares indispensáveis ao funcionamento dos serviços e atender os utentes do serviço, prestando-lhes informações, esclarecendo dúvidas e encaminhando-os para os locais pretendidos, zelando para que não existam perturbações no serviço sem prejuízo de, quando necessário, ser chamado a exercer as funções correspondentes às dos porteiros.

5 – Estas funções serão remuneradas pelo vencimento correspondente ao escalão 1 da categoria índice 128, do estatuto remuneratório dos funcionários e Agentes da Função Pública, o local de trabalho é em Angra do Heroísmo e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a função pública.

6 – São requisitos gerais e especiais de admissão os mencionados no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7 – Os candidatos devem reunir os requisitos referidos no número anterior até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas.

8 – Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser feitos em papel adequado dirigido ao Presidente do Jurí do Concurso para Auxiliar Administrativo e entregues no Palácio dos Capitães Gerais, 9702-901 Angra do Heroísmo ou remetidos pelo correio com aviso de recepção e deles devem constar, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, cursos de pós-graduação, etc);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

9 – Conjuntamente com o requerimento de admissão a concurso os candidatos deverão formalizar a sua candidatura apresentando documentos autênticos ou autenticados comprovativos das habilitações literárias ou profissionais e curriculum vitae detalhado.

As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

10 – Os métodos de selecção a utilizar nos termos do artigo 17º do Despacho Normativo nº 61/2002 de 19 de Dezembro, serão os constantes da Resolução 199/95, de 21 de Dezembro, com a rectificação efectuada pela Declaração nº 7/96, de 18 de Abril:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista;
- c) Prova de conhecimentos.

10.1 – Na avaliação curricular ponderar-se-ão:

- a) Habilitações literárias;
- b) Experiência profissional;
- c) Formação e aperfeiçoamento profissional.

10.2 - A prova de conhecimentos será efectuada de acordo com o anexo ao Despacho Normativo nº 61/2002, de 19 de Dezembro, revestindo a natureza de prova teórica e ou prática, com a duração de 2 horas.

1 – A prova de conhecimentos é escrita e incidirá no todo ou em parte, sobre matéria das áreas da lingua portuguesa e matemática, ao nível da escolaridade obrigatória, e sobre direitos e deveres do funcionalismo público e deontologia profissional

2 - Em caso de igualdade de classificação, constituem factores de preferência os mencionados no n.º 3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, aplicado à Região pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 21 de Janeiro.

10.3 – Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas de reunião do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

10.4 – O dia, hora e local designados para realização da prova de conhecimentos serão notificados aos candidatos, mediante ofício registado com aviso de recepção, tendo em conta o disposto no nº 2 do artigo 35º do Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho.

11 – A relação dos candidatos admitidos será fixada no átrio do Palácio dos Capitães Gerais, em Angra do Heroísmo. Caso haja exclusão de candidatos estes serão notificados nos termos do artigo 34º do Decreto-Lei nº 204/98, de 11 de Julho, sendo a lista classificativa divulgada nos termos do artº 40 do mesmo diploma.

12 – O Júri terá a seguinte composição:

Presidente: Anabela Tomás Pereira, Chefe de Divisão da Divisão de Administração, ADSE, Passaportes e Licenças.

Vogais:

Efectivos: Rosa da Conceição Batista Infante, adjunta de Gabinete da Vice-Presidência do Governo, que substituirá o presidente nas suas faltas, impedimentos e incompatibilidades;

Paulo Sérgio Corvelo Soares, técnico superior 2ª classe.

Vogais

Suplentes: Fernanda Maria Vieira Machado de Sousa, técnica superior estagiária da Divisão de Administração, ADSE, Passaportes e Licenças;

Isabel Maria Noia Raulino de Avelar, assistente administrativa especialista da Divisão de Administração, ADSE, Passaportes e Licenças.

11 de Julho de 2006. - A Presidente do Júri, Anabela Tomás Pereira.